

As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil*

Edward Telles

Resumo

Bourdieu e Wacquant, em seu artigo “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”, afirmam que as principais fundações norte-americanas, filantrópicas e de pesquisa, têm distorcido as idéias, não só intelectualmente, como do movimento social e de identidade no Brasil, impondo concepções de raça americanas. Eles parecem presumir que, devido ao fato de as fundações americanas gastarem milhões de dólares no Brasil, priorizando pesquisas sobre raça, apesar dos seus conteúdos, podem, com sucesso, impor concepções norte-americanas de raça para o Brasil. Baseado na minha experiência como diretor de programas da Fundação Ford no Rio de Janeiro, por um período aproximado de quatro anos, e como um estudioso das relações raciais no Brasil por mais de uma década, tento mostrar como a análise dos autores exagera quanto ao poder que as fundações americanas têm no Brasil; falha na compreensão de como as decisões programáticas são tomadas no interior das fundações; subestima enormemente a agência intelectual da academia brasileira e seu movimento negro social; e revela um entendimento anacrônico da literatura acadêmica e da opinião pública sobre raça no Brasil.

Palavras-chave: Fundação Ford, movimento negro, raça, direitos humanos, Bourdieu, Wacquant, fundações norte-americanas

* Tradução de Patrícia Farias.

Edward Telles

Abstract

The North-American Foundations and the Racial Debate in Brazil

Bourdieu and Wacquant (“The Cunning of Imperialist Reason”) claim that major North-American philanthropic and research foundations have distorted scholarly and social movement ideas of race and identity in Brazil by imposing US conceptions of race. They seem to make a facile assumption that because US foundations spend millions of dollars in Brazil and prioritize research on race, regardless of its content, then they must be successfully imposing standard North-American conceptions of race to that country. Based on my experience as a Ford Foundation program officer for nearly four years and as a student of race relations in Brazil for over a decade, I seek to show how their analysis exaggerates the power of US foundations in Brazil, fails to understand how programming decisions are made within the foundations, greatly underestimates the intellectual agency of the Brazilian academy and its black social movement and reveals a dated understanding of the academic literature and public opinion on race in Brazil.

Keywords: race, Brazil, Ford Foundation, human rights, black movement, Bourdieu, Wacquant, North-American foundations

Résumé

Les Fondations Nord-Américaines et le Débat Racial au Brésil

Bourdieu et Wacquant, dans leur article “Sur les Ruses de la Raison Impérialiste”, affirment que les principales Fondations nord-américaines philanthropiques et de recherche ont proposé une vision erronée, non seulement sur le plan de la compréhension mais aussi de la nature du mouvement social et de l’identité au Brésil, imposant leurs conceptions de race américaines. Ils pensent, semble-t-il, que du fait que les fondations américaines destinent des millions de dollars au Brésil, plutôt pour des recherches sur le thème de race indépendamment de leurs contenus, ces fondations réussissent à faire prédominer leurs conceptions de race au Brésil. D’après son expérience comme directeur des programmes de la Fondation Ford à Rio de Janeiro pendant presque quatre ans et en tant que chercheur dans le domaine des relations raciales au Brésil pendant plus de dix ans, l’auteur de cet article essaie de montrer comment l’analyse des auteurs en question exagère le pouvoir que les fondations américaines peuvent exercer au Brésil: ils ne

As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil

saisissent pas bien la façon dont sont prises les décisions sur les programmes à établir et sous-estiment beaucoup les capacités des intellectuels brésiliens ainsi que le mouvement social des Noirs dans ce pays, tout en se trompant sur la littérature et l'opinion publique sur les races au Brésil.

Mots-clé: Fondation Ford; mouvement des Noirs; race; droits humains; Bourdieu; Wacquant, fondations nord-américaines

Embora eu simpatize com a preocupação sobre a influência desproporcional das idéias e dos conceitos sociológicos norte-americanos em geral e, em alguns casos, sobre o poder que possuem as fundações norte-americanas de exportá-los, a escolha feita por Bourdieu e Wacquant das relações raciais brasileiras como um exemplo disso diminui em grande medida a força de seu argumento. Em particular, a Fundação Ford não impõe um modelo de raça ao Brasil, especialmente não da forma simplista que Bourdieu e Wacquant visualizam. Certamente a Fundação Ford e outras agências têm influência, mas de forma alguma são a “força motriz”. O movimento negro (Nascimento, 1982) e mesmo o uso de categorias raciais dicotômicas por acadêmicos de importância são anteriores à presença das fundações filantrópicas norte-americanas, não podendo, portanto, ser creditados a elas. A questão da raça tem sido um tema importante no Brasil ao longo de seus 500 anos de história e a decisão da Fundação Ford de trabalhar nesta área, desde mais ou menos 1980, tem sido uma resposta às necessidades prementes e reais neste país. Bourdieu e Wacquant simplesmente fazem suposições erradas, baseadas em seu conhecimento muito limitado sobre o tema.

A partir de minha experiência no escritório da Fundação Ford no Brasil investiguei o papel daquela fundação no lançamento de tais idéias. A Ford é o maior suporte financeiro das organizações do movimento negro no Brasil e o maior apoio filantrópico das pesquisas sobre relações raciais, principalmente através de seus programas de direitos humanos. Outras fundações norte-americanas, incluindo MacArthur, Rockefeller e Kellogg, apoiam esta área em escala muito menor. Como responsável pelo Programa de Direitos Humanos do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro do começo de 1997 até o final de 2000, e como consultor desta Fundação desde 1995, sinto-me capaz de comentar sobre como as fundações norte-americanas abordam as questões raciais no Brasil e avaliar seu impacto. Voltei ao exercício de minha atividade acadêmica, e não há nenhum interesse velado em defen-

Edward Telles

der a Fundação Ford, se é que algum dia o tive. Embora eu normalmente evitasse assumir uma posição pública que pudesse parecer uma enérgica defesa de minha instituição anterior, senti-me compelido a desmitificar seu trabalho, dada a importância que Bourdieu e Wacquant atribuem a ela e a sua grosseira incompreensão sobre suas atividades.

A Fundação Ford e a Raça no Brasil: Colocando os Dados Corretos

Nos últimos 20 anos, a Fundação Ford elaborou seu programa sobre o tema da raça no Brasil interativamente com o movimento negro e seus aliados (brasileiros) acadêmicos e ativistas. Hoje, a agenda deriva principalmente de preocupações internas a respeito dos direitos humanos no Brasil, que emergiram como desdobramento de uma preocupação dominante na sociedade civil desde a atual democratização, que começou no final dos anos 70. Por outro lado, a Ford busca integrar este trabalho ao seu projeto mais amplo, dado o crescente valor do intercâmbio das sociedades e a importância de um sistema internacional de direitos humanos cada vez mais premente. Assumidamente, a Fundação Ford defende princípios institucionais que, muitas vezes, percorrem seu trabalho internacional, embora provavelmente não o suficiente. Durante meu período como consultor, em 1995, Sueli Carneiro, uma liderança brasileira do movimento negro, articulou bem esta posição, comentando que seria hipócrita por parte da Fundação Ford no Brasil simplesmente ignorar os princípios que endossa nos Estados Unidos (Telles, 1995).

Embora a Fundação Ford tenha feito de temas ligados à justiça racial o centro de seu portfólio americano, considerou que estava apenas expandindo esta linha de seu programa para os quatorze escritórios e os 44 países onde trabalha. Este tema é especialmente atual considerando a recente Conferência Mundial sobre Racismo, Xenofobia e outras Formas de Intolerância, que aponta para a universalidade da raça e da discriminação. Dito isto, fora dos Estados Unidos e da África do Sul, o trabalho da Fundação nesta área está mais avançado no Brasil, onde a compreensão sobre raça e racismo ecoa em grande parte da população. Embora em menor escala, a Ford começou a financiar programas sobre o povo rom¹ na Europa Oriental, sobre as relações entre árabes e judeus em Israel, e sobre os povos indígenas nas Filipinas.

Sua hesitação em expandir o programa sobre raça e etnicidade a contextos não-americanos provém de um cuidadoso estudo sobre a adequação e o caráter deste trabalho, em vez da vontade irrefletida de impor visões americanistas sobre estas sociedades. As decisões de expandir seu trabalho nestas áreas, assim como os princípios gerais de apoio financeiro, vêm principalmente dos responsáveis pelos escritórios locais, embora estes consultem os já agraciados com dotações, os *experts* locais e colegas espalhados por todo o mundo, incluindo aí os nativos das regiões em que estão trabalhando, norte-americanos e outros. Estes responsáveis também são *experts* em suas áreas, geralmente vindos da academia ou de longas experiências como líderes de movimentos sociais. Os responsáveis por programas da Fundação Ford decidem financiar propostas específicas e têm quase completa autonomia na definição de seus programas. Nos quase quatrocentos e poucos projetos que foram financiados durante a minha gestão, nenhum foi modificado, nem pelo alto escalão da Ford, nem pelo Conselho de Curadores da Fundação. O maior impacto que tem o alto escalão no processo é na seleção dos específicos responsáveis pelos escritórios, apesar de eles não serem nada homogêneos em termos nacionais, étnicos ou ideológicos (apesar disso, a grande maioria tende a ser de esquerda, para os padrões americanos). A crescente diversidade nacional da equipe mais antiga da Ford, incluindo os diretores e responsáveis por programas em Nova York e nos escritórios pelo mundo afora surpreenderia Bourdieu e Wacquant. O Conselho de Curadores está cada vez mais diversificado, mas seu papel é indicar e supervisionar o presidente da Fundação e, ocasionalmente, promover grandes modificações nos programas, mas isto não interfere nos planejamentos em âmbito mais micro, nem nas decisões de financiamento feitas pela equipe de cada programa. Atualmente, por exemplo, o escritório brasileiro da Ford é comandado por um representante naturalizado brasileiro, de origem britânica, e dois dos quatro responsáveis por programas são brasileiros. Quase metade dos representantes e responsáveis por programas são nativos da região com a qual estão trabalhando. O escritório de Nova York atualmente emprega latinos, africanos, indianos e pessoas vindas do Oriente Médio, incluindo teóricos altamente respeitados destas regiões, que estão em altas posições.

Assim, o programa sobre raça da Fundação Ford no Brasil foi minha responsabilidade durante aproximadamente quatro anos, de 1997 a 2000. Ao contrário da sugestão de Bourdieu e Wacquant, eu não acreditava que era um mero transmissor do pensa-

mento racial americano, apesar de, dado o emblema no meu passaporte, eu não pudesse evitar isto totalmente. Pelo menos, enquanto latino, como o diretor porto-riquenho do Programa Internacional de Direitos Humanos da Ford desde 1994, eu compreendia os limites do paradigma branco/negro e estava ciente do pensamento sobre a existência de um contínuo fenotípico ao longo de toda a América Latina. Mais importante que isso, minha própria pesquisa acadêmica apontava para as diferenças entre Estados Unidos e Brasil a respeito do casamento inter-racial, da segregação residencial, da classificação racial e da desigualdade. Bourdieu e Wacquant inclusive citam meu trabalho para demonstrar que os níveis brasileiros de segregação residencial urbana são substancialmente menores que os existentes nos Estados Unidos (Telles, 1994). Fui o primeiro a observar como a celebração brasileira da miscigenação como sendo oposta à herança segregacionista americana tinha tido profundas implicações para estabelecer padrões distintos de sociabilidade inter-racial, tal como aferida na segregação residencial, no casamento inter-racial² e nas amizades, assim como no desenvolvimento de uma classe média negra e de movimentos anti-racistas (Telles, 1999).

Entretanto, níveis notadamente mais baixos de segregação residencial no Brasil não significam que não há racismo, ou que o racismo lá é menor do que nos Estados Unidos, como sugerem os autores. Afinal, não há quase nenhuma segregação residencial entre homens e mulheres. Na verdade, eles vivem nas mesmas unidades domésticas. Mas isto significa que não há sexismo ou que sua virulência é menor que a do racismo? Sociólogos nos Estados Unidos têm chamado a segregação residencial da base da desigualdade entre brancos e negros nos Estados Unidos (Bobo, 1997; Massey & Denton, 1994; Oliver & Shapiro, 2000), mas este certamente não é o caso no Brasil. Será que Bourdieu e Wacquant sugerem que para o Brasil ser considerado racista este pressuposto americano tenha que ocorrer lá também? Para eles, as relações sociais brasileiras entre pessoas de diferentes cores ou raças parecem precisar passar por um teste a partir de critérios norte-americanos para serem consideradas racistas. As manifestações de um racismo pernicioso no Brasil simplesmente são diferentes. No Brasil, a desigualdade entre brancos e não-brancos é maior que nos Estados Unidos³ e expressões explícitas de racismo no entretenimento de massa seriam impensáveis hoje nos Estados Unidos. Por exemplo, mesmo a letra de uma música é explicitamente racista: intitulada “Olha o Cabelo Dela”, cantada por um palhaço de nome Tiririca, e gravada pela

Sony Music Co., a canção revela a aceitação do insulto racial com humor, apesar de sua carga ofensiva. Esta parece ser percebida pela maioria dos brasileiros, conforme verificado por uma pesquisa promovida no Estado do Rio de Janeiro, na qual 67% da população achava a letra “racista” ou “de mau gosto”, sem diferenças de cor. Para citar algumas frases da canção: “parece bombril de arear panela; eu levei ela pra tomar banho/a doida não me escutou/aquela nega fede, não agüento seu fedor; a bicha fede mais que um gambá”.

Portanto, o racismo no Brasil atualmente é pelo menos tão insidioso quanto o é nos Estados Unidos, em alguns níveis. No entanto, estes níveis são muitas vezes ignorados, enquanto outros, particularmente a miscigenação, são realçados para demonstrarem que o Brasil está mais perto de uma democracia racial do que os Estados Unidos.⁴ Felizmente, os militantes anti-racistas estão atualmente começando a desafiar a mídia, a indústria fonográfica e os produtores e legitimadores da cultura de massas, graças, em parte, ao apoio financeiro da Ford. Embora isto possa parecer uma exportação dos valores liberais norte-americanos, também representa os valores de muitos brasileiros, como indicam recentes estudos sobre atitudes raciais.

Ao longo da história brasileira, a raça tem estado na pauta de discussões. Afinal, o Brasil foi o país que mais importou escravos da África, e foi o último a abolir a escravidão (em 1888). Guiadas por uma visão do racismo então aceita como científica durante a maior parte do século XIX e a primeira parte do XX, suas elites eram obcecadas com a enorme barreira ao desenvolvimento que sua grande população não-branca representava. Eles arranjam meios de contornar este aparente obstáculo, incluindo aí o subsídio à imigração européia e o desencorajamento de imigração não-européia. Por conta da tremenda influência de Gilberto Freyre a partir dos anos 30, os brasileiros foram capazes de achar sua salvação através da celebração da miscigenação e da construção ideológica da democracia racial. Entretanto, esta miscigenação era, e continua sendo, excludente. Ironicamente, ela foi construída sobre a idéia racista do embranquecimento, em que a branquitude tinha o maior valor e a negritude deveria ser evitada. Infelizmente, a ideologia do branqueamento continua forte e os brasileiros, tal como os cidadãos de muitos outros países, estão começando a reconhecer as profundas raízes do racismo em sua cultura.

Em vez de serem cópias irrefletidas do pensamento acadêmico norte-americano, o vivo e crescente debate acadêmico sobre raça no Brasil é independente e se insere no contexto de uma co-

munidade acadêmica vibrante, sofisticada e autônoma. Ao contrário das afirmações de Bourdieu e Wacquant, isto tem pouco ou nada a ver com o fato de ser publicado em inglês, outra suposta base do pensamento norte-americano, e muitos pesquisadores desta área não recebem apoio financeiro de fundações americanas. Além de alguns artigos ocasionais, não consigo lembrar de um só livro sobre relações raciais contemporâneas de autor brasileiro que tenha sido publicado em inglês, desde a clássica obra de Florestan Fernandes que foi traduzida em 1969 (Fernandes, 1969). Embora o apoio das fundações americanas possa ser maior quando se trata de pequenos países, com menores recursos, os acadêmicos brasileiros envolvidos no debate racial são, em sua maioria, profissionais e estudantes de universidades com um suporte financeiro relativamente bom e o governo brasileiro, principalmente através do CNPq, apóia a maioria destas pesquisas. A maior parte é treinada no Brasil, mas muitos fizeram pós-graduações em países tão diferentes como os Estados Unidos, a França, a Holanda e a Alemanha. Muitos destes pesquisadores encontram-se ao menos uma vez ao ano nas reuniões da Anpocs, que abriga os principais programas de pós-graduação em Ciências Sociais e na qual há pouca paciência para ortodoxias ou simplificações, e tampouco para o pensamento dominante nos Estados Unidos, para o marxismo vulgar ou para um tipo de pensamento ligado à idéia de democracia racial. Embora estudiosos norte-americanos sejam importantes colaboradores neste debate – e em geral eles conhecem a literatura brasileira sobre o tema – de forma alguma o centralizam. Isto é particularmente verdade hoje em dia, com o crescente número de estudantes negros (que assim se classificam) e com a desigualdade racial se tornando uma preocupação central para muitas das questões que surgiram nas pautas de políticas sociais e direitos humanos no Brasil. Infelizmente, problemas em relação à língua fazem parecer o contrário para aqueles que não podem ou não têm paciência de ler em português, como o próprio conhecimento de Bourdieu e Wacquant sobre esta literatura demonstra. A importância que eles dão ao livro de Michael Hanchard, *Orfeu e o Poder*, é mais uma prova, pois ele só foi traduzido para o português em março deste ano.

Como responsável pelo programa, desenvolvi uma iniciativa de financiar, através da Ford, a área da justiça racial, que pretende apontar o racismo na sociedade brasileira por via de atividades judiciais, na mídia, na advocacia e na pesquisa. A organização desta iniciativa inclui várias entidades da militância, em cidades-chave,

que almejam combater o racismo através de ações legais e intervenções nas políticas públicas. Os representantes destas organizações se encontram regularmente para discutir uma estratégia unificada de combate ao racismo, e recentemente formaram uma rede de advogados ligados ao movimento negro. Suas estratégias incluem sensibilizar o sistema judiciário e outras autoridades do governo para a questão do racismo na sociedade brasileira e indicar casos exemplares com potencial para causar impacto na mídia e na jurisprudência.

Além de financiar estas organizações, atualmente esta iniciativa do Programa de Direitos Humanos patrocina atividades de pesquisa em Ciências Sociais que possam demonstrar os mecanismos de discriminação e que suplementem o trabalho legal e de políticas públicas, incluindo pesquisas que abrangem práticas diferenciadas de recrutamento para emprego, sentenças criminais e perseguição policial a partir de critérios raciais, pesquisa sobre ações afirmativas, e similaridades e diferenças nas culturas legais e nas leis antidiscriminatórias entre Estados Unidos e Brasil, que poderão servir de base para um efetivo intercâmbio entre operadores do direito nos dois países. O programa de Direitos Humanos também visa fortalecer as lideranças negras, patrocinando treinamento, tal como cursos em administração pública, campanhas eleitorais e em língua inglesa.

Além disso, esta iniciativa pretende fortalecer os laços entre as organizações anti-racistas e outras organizações ligadas aos direitos humanos em todo o Brasil e em outras partes do mundo. Isto inclui o patrocínio de organizações brasileiras para que elas possam intervir nas leis internacionais ou nos sistemas de direitos humanos da ONU ou da OEA. Ligado a isso, o programa de Direitos Humanos tem promovido trocas internacionais entre advogados do movimento negro e organizações civis norte-americanas, na crença de que a longa experiência destas últimas na luta anti-racista possa fornecer lições importantes para seus pares brasileiros. As trocas, em grande medida, consistem em vivas discussões, com tradutores profissionais, e que, apesar das diferenças legais e culturais que se tornam logo visíveis, enriquecem o conhecimento e a prática de ambos os lados. Finalmente, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável, esta iniciativa apóia atividades ligadas aos direitos dos índios e, durante minha gestão, apoiou uma pesquisa sobre discriminação e etnicidade entre japoneses, coreanos e chineses no Brasil.

Impondo a Ação Afirmativa e a Dicotomia Branco/Negro?

Bourdieu e Wacquant afirmam que “como condição para sua ajuda, a Fundação Rockefeller exige que os grupos de pesquisa endossem os critérios norte-americanos de ação afirmativa, que apresenta problemas insuperáveis, já que, como temos visto, a aplicação da dicotomia branco/negro na sociedade brasileira é, para dizer pouco, duvidosa”.

Surpreendi-me ao ouvir isto, baseado no meu conhecimento sobre a Rockefeller e outras fundações. O diretor do programa de apoio da Rockefeller na UFRJ me assegurou que eles nunca exigiram a implementação de qualquer tipo de programa de ação afirmativa. Mais ainda, que houve um único programa dedicado à questão da raça financiado pela Fundação Rockefeller ao menos na última década. No entanto, é um programa familiar a Wacquant, já que ele participou dele na qualidade de bolsista. Os autores erroneamente atribuem à Rockefeller o apoio ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA. Durante 20 anos, a Ford tem sido a principal financiadora do CEAA e sua biblioteca tornou-se uma fonte de informações privilegiada sobre a questão da raça no Brasil.

A própria legalidade do programa de ação afirmativa ao estilo norte-americano no Brasil é questionável,⁵ mas mais importante que isso é o grande cuidado que as fundações norte-americanas têm em financiar programas que possam ser vistos como intromissões em assuntos internos. Afinal, as fundações norte-americanas são convidadas dos governos locais, estão aqui com seu consentimento. Sem dúvida, a Ford hesitou em financiar atividades ligadas à questão racial durante muitos anos na década de 70 por conta da grande resistência por parte dos governos militares. A Fundação Ford começou (cuidadosamente) a financiar pesquisas sobre raça no CEAA em 1979, quando o Brasil iniciava um processo de redemocratização. Dois anos antes, todas as atividades da Fundação Inter-Americana no Brasil foram “suspensas” por conta de um relatório do Itamaraty que indicava o financiamento de dois projetos que visavam apontar “a persistência da discriminação racial”.⁶ O governo brasileiro daquela época era conhecido por considerar a pesquisa sobre raça e as atividades do movimento negro como subversivas e como uma ameaça à segurança nacional. Embora não tenhamos certeza, já que não houve nenhuma pesquisa de opinião pública, esta parecia aceitar que a sociedade brasileira constituía uma democracia racial em que a raça fazia pouca ou nenhuma diferença em relação às oportunidades. Entretanto, aquela mentalidade mudou completamente

nos últimos anos. O presidente do Brasil criou um conselho para propor soluções para atenuar as desigualdades raciais, a existência do preconceito racial e da discriminação é quase totalmente reconhecida e há um forte apoio a políticas governamentais especificamente raciais destinadas a promover os negros.

Embora referindo-se nominalmente à Fundação Rockefeller, Bourdieu e Wacquant podem estar fazendo referência à “tabela de diversidade” utilizada pela Fundação Ford no Brasil. A Ford-Brasil requer uma “tabulação da diversidade” e uma explicação de todos os seus financiados em todos os campos de atuação. Isto inclui mais de cem apoios por ano, dos quais menos de vinte são, principalmente, sobre questões raciais. Esta tabulação enumera toda a equipe em diferentes níveis, de acordo com critérios de gênero (homens/mulheres), de raça (brancos/não-brancos), e a explicação induz os financiados a explicarem por que eles refletem, ou não, a diversidade local com respeito a gênero e cor e o que eles pretendem fazer para melhorar isto. Não há obrigação de alcançar qualquer valor determinado e, até onde sei, o apoio não está condicionado a isto. Ao contrário, esta tabulação sobre diversidade é um instrumento dos responsáveis pelos programas para iniciarem discussões com os diretores sobre os padrões atuais de raça e representação na sua equipe e como melhorá-la, e da relevância de raça e gênero dentro de suas preocupações. Embora alguns financiados valorizem mais a diversidade que outros, entre nossas centenas de financiados não me lembro de uma única reclamação sobre sua inadequação, e menos ainda sobre seu “efeito duvidoso”.

Além disso, esta tabulação da diversidade lança questões sobre brancos e não-brancos, e nunca sobre brancos e negros. O pessoal da Fundação Ford está bastante consciente de que o termo não-branco inclui muitas categorias de cor e que mesmo a distinção branco/não-branco é, muitas vezes, ambígua. Apesar disso, nós pedimos aos financiados que preencham este item da melhor forma possível, e temos achado que os financiados tendem a pedir aos membros da sua equipe para relatar sua própria cor, em vez de supô-la em lugar deles. Não percebo que os financiados sintam qualquer tipo de sanção por terem uma equipe predominantemente branca ou masculina, na medida em que eles sejam honestos com o responsável pelo programa e estejam fazendo esforços para recrutar não-brancos e mulheres. Como demonstro em artigo recente, Bourdieu e Wacquant exageram o grau de ambigüidade que seu padrão intelectual, o de Marvin Harris e de seu assumido seguidor, Carl Degler, propõem (Telles, 2001).

Dito isto, a distinção branco/negro não é tão exterior como Bourdieu e Wacquant afirmam. Esta distinção é constantemente usada pela mídia e pelas instituições governamentais federais e locais, incluindo o Programa de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. A utilização das categorias branco e negro talvez seja mais comum no Sudeste do país, comparada ao Nordeste, onde distinções negro/mulato são mais frequentes (Telles, 2000). Na verdade, o próprio clássico texto de Florestan Fernandes financiado pela Unesco utiliza a dicotomia branco/negro (Fernandes, 1965). Além disso, ao menos um recente estudo etnográfico demonstra o uso frequente da distinção branco/negro na favela estudada por Sheriff (1997) no Rio de Janeiro, enquanto outros estudos mostram uma crescente preferência por termos dicotômicos entre os jovens (Sansone, 1995; Schwartzman, 1999; Telles, 2000).

Longe de impor uma concepção americana de raça, o ponto importante desta tabulação e de sua explicação é garantir que os financiados estejam cientes de nossas preocupações e de nossa esperança de que criem uma sensibilidade para as questões de raça e de gênero, onde antes isso não existia. Dado o reconhecimento da desigualdade e da discriminação na sociedade brasileira, parece que isso não é difícil. Pode-se perguntar: e o que ocorreria sem a presença da Fundação Ford? Talvez nada, mas é difícil saber com certeza, dada a crescente preocupação geral em relação à inclusão, ao menos entre os progressistas no Brasil.

A preocupação da Ford com a diversidade fora dos Estados Unidos tem sido principalmente com uma participação equilibrada de mulheres nos grupos, enquanto ao mesmo tempo tem sido hesitante em endossar preocupações relativas à raça e à etnicidade fora de suas fronteiras, por razões que apresentei anteriormente. A essência das políticas de diversidade da Ford é encontrada nos cinco parágrafos de “A Reafirmação de uma Política da Fundação”, da Carta da Fundação Ford (1987:7). O primeiro parágrafo declara que:

Em seu trabalho pelo mundo inteiro, a Fundação Ford busca promover o pluralismo e iguais oportunidades e acabar com a discriminação baseada em raça, etnicidade ou gênero. Este esforço provém da convicção de que todos os segmentos da sociedade se beneficiam do pluralismo e de oportunidades iguais – de que a diversidade não somente é compatível com a excelência, mas na verdade a promove.

O parágrafo seguinte afirma que esta política deve ser desenvolvida de três formas: 1) pelo financiamento a atividades que promovam o pluralismo e aumentem oportunidades a grupos histori-

camente em desvantagem; 2) pela busca de uma participação mais ampla destes grupos em sua própria equipe; 3) pelo estímulo à diversidade no pessoal das organizações financiadas.

O terceiro parágrafo declara a importância da diversidade na tomada de decisões sobre financiamento. Em sua última parte estabelece que “fora dos Estados Unidos, é considerada a diversidade de gênero e, quando adequado, também a diversidade étnica, racial ou de origem nacional” (ênfase minha). O quarto parágrafo considera por que a diversidade é importante e o parágrafo final resume, embora de forma ambígua, o compromisso da Ford com a diversidade em locais fora dos Estados Unidos. Afirma:

esforços para alcançar o pluralismo e iguais oportunidades requerem uma atenção continuada e firme, tanto nos Estados Unidos como em outros países. Embora estratégias apropriadas necessariamente variem de acordo com limites possibilidades específicos presentes nas diversas sociedades, a Fundação está engajada em trabalhar, juntamente com outros, para promover estes esforços e para assegurar seu sucesso.

Numa consultoria feita em 1995 para a Ford (Telles, 1995), entrevistei numerosos membros do pessoal da Fundação Ford e uma ampla gama de diretores de instituições financiadas. Os dezessete financiados que foram entrevistados incluíram tanto aqueles que tinham como os que não tinham projetos especificamente raciais, e tanto os que tinham um bom índice de diversidade quanto aqueles com baixos índices. Também incluíam uma variedade de projetos de cada área da fundação: governabilidade e políticas públicas, saúde reprodutiva e população, pobreza rural e recursos, educação e cultura, direitos e justiça social. As instituições apoiadas incluíam universidades, pesquisadores e organizações não-governamentais.

Quando dirigi as entrevistas, em 1995, surpreendi-me com o fato de que a maioria – porém não todos – dos financiados eram sensíveis a questões sobre discriminação racial. Isto tanto refletia uma mudança nas atitudes sobre e a compreensão das questões raciais, comparadas à duradoura e prevalente ideologia da democracia racial, como indicava que se tratava de uma parcela seletiva da população, particularmente preocupada com tais questões. Concluí que ambos os fatores eram importantes. Claramente, muitos dos financiados eram acadêmicos proeminentes e ativistas no Brasil. Embora as questões raciais tenham estado ausentes das pautas de ativistas e acadêmicos durante o regime militar, o súbito interesse sobre e a sensibilidade às questões raciais entre estes indivíduos podem ser devidos à exposição, em geral, que a classe média

teve a estes debates na mídia, indo desde debates nos jornais diários até às telenovelas. Pode ter também refletido o constante interesse da Ford em sensibilizar seus financiados brasileiros diante das questões raciais.

Entre os principais financiados, a Iniciativa de Diversidade da Ford era, em geral, percebida como o equivalente ao sistema de cotas. A associação de diversidade com o sistema de cotas parece refletir uma concepção estereotipada de diversidade que vem dos Estados Unidos e é representada na mídia. Quando nada, isto reflete a habilidade dos conservadores (e de suas fundações) de enxergarem a ação afirmativa ou a diversidade a partir desta perspectiva. Os brasileiros que entrevistei percebiam que os empregadores nos Estados Unidos, sob o mandato da lei federal, eram instados a terem uma certa representação estatística de diferentes grupos raciais em todos os empregos. Além disso, esta impressão acerca da ação afirmativa era fortemente reforçada pela legislação que requeria 30% de posições de liderança nos sindicatos e nas agremiações políticas para as mulheres.

Concluí que o grau em que os financiados aceitavam a diversidade dependia de sua concepção específica do que era diversidade. Se ela era entendida como um sistema de cotas, eles se mostravam reservados; mas após uma explicação do que significava diversidade dentro da Iniciativa da Fundação Ford, eles endossavam o conceito geral. Ou seja, enquanto a diversidade era entendida como um programa que buscava e preparava membros de grupos minoritários para trabalhos melhores e oportunidades educacionais, os financiados a aceitavam, mas quando ela era apresentada como um sistema de cotas, havia oposição. Nitidamente, a diversidade ou a ação afirmativa podem ser amplamente definidas e incluem qualquer coisa, desde programas nada polêmicos que ajudam os pobres e as minorias a escreverem melhor nos colégios, até a criação de cotas para minorias nas universidades. Os esforços da Ford para instruir seus financiados a este respeito tem tido pouco efeito dentro da sociedade mais ampla. Apenas no ano passado, a Ford financiou projetos que começam a publicizar formas alternativas de se pensar sobre a ação afirmativa. Embora a equipe da Ford quisesse fazer mais nesta área, seus relativamente escassos recursos não a têm tornado uma força motriz, especialmente quando tem contra si um *status quo* que é propagado pela poderosa mídia brasileira e fortes interesses públicos e privados.

Curiosamente, uma pesquisa realizada em 1995 pela Datafolha revelou o apoio à ação afirmativa. Ela demonstrou que a oposi-

ção do público em geral até mesmo à idéia de cotas não era tão forte como os autores sugeririam, ou quanto os financiados manifestaram. Uma pesquisa nacional mostrou que quase metade dos brasileiros (48%) apoiaria um sistema de cotas para negros nas universidades e no mercado de trabalho (Telles, 1995). Isto incluiu 34% que apóiam totalmente esta idéia e os 14% que a apóiam apenas em parte. Quarenta por cento discorda completamente e 9% discorda em parte do conceito de cotas raciais (4% não sabia). Assim, as cotas tinham um apoio maior no Brasil que nos Estados Unidos. Observem que a idéia de cotas foi explicada aos entrevistados de modo que é difícil que eles não tenham entendido seu significado.⁷

Uma pesquisa mais recente no Estado do Rio de Janeiro chegou a resultados semelhantes.⁸ A Tabela 1 mostra que 51% da população acreditava que o governo tem uma obrigação especial de melhorar suas “condições de vida”, 55% acreditam que deveria haver cotas para os negros na universidade e 57% acreditam nas cotas em ocupações mais altas.⁹ Difícilmente isto se configura como uma rejeição da ação afirmativa (Telles, 1995). O apoio à ação afirmativa encarada como sistema de cotas era especialmente forte entre os menos educados e os mais pobres em geral, tanto brancos quanto não-brancos, embora os não-brancos fossem mais a favor das cotas que os brancos em todos os níveis de instrução. A oposição às cotas era especialmente forte entre os brancos de maior grau de instrução. Apenas 17% dos brancos com nível superior eram a favor da intervenção governamental, 4% eram favoráveis às cotas nas universidades e somente 6% apoiavam cotas em bons empregos. As diferenças entre brancos e não-brancos em favor de políticas compensatórias ou cotas eram maiores entre pessoas de nível universitário. Dezoito por cento a mais de não-brancos do que de brancos acreditavam que o governo tem uma obrigação especial e 32% a mais apoiavam reserva de vagas para negros nas universidades. No caso de cotas no mercado de trabalho, a diferença também era de 18% (Telles & Bailey, 2001).

Portanto, há um forte apoio à ação afirmativa entre muitos setores da população brasileira. O que faz com que o Brasil seja diferente dos Estados Unidos é a diferença relativamente pequena de tal apoio entre brancos e negros. Além disso, isto sugere uma ampla base de apoio entre pessoas de diferentes cores. A principal barreira, e em última análise a mais importante, é a oposição por parte da elite branca.

Em março de 1995, o então e atual presidente do Brasil criou um grupo de trabalho subordinado ao Ministério do Trabalho para

Tabela 1
Porcentagem de Pessoas que Concordam com Políticas Anti-Racistas por Raça e Nível de Instrução,
Estado do Rio de Janeiro, 2000

	Nível Educacional				
	Primário Incompleto	Primário Completo	Secundário Incompleto	Secundário Completo	Universitário Completo
Governo tem Obrigação Especial					
Branco	68	54	37	37	17
Não-Branco	75	60	51	39	35
Diferença	7	6	14	2	18
Cotas na Universidade					
Branco	78	69	38	35	4
Não-Branco	84	78	52	39	36
Diferença	6	9	14	4	32
Cotas para Empregos					
Branco	75	59	44	35	6
Não-Branco	86	76	53	50	24
Diferença	11	17	9	15	18

buscar formas de eliminar a discriminação no mercado de trabalho, e em novembro daquele ano ele instituiu um conselho multiministerial para desenvolver políticas públicas que buscassem valorizar a população negra (Martins, 1996). Isto incluiu exortações do presidente ao desenvolvimento de políticas de ações afirmativas que fossem apropriadas ao Brasil (Ministério da Justiça, 1996). Apesar desse apoio do presidente, esses grupos terminaram e o governo brasileiro, através do seu setor Executivo, desistiu de seu apoio original em promover uma conferência regional e, depois, uma conferência nacional como preparação para a Conferência Mundial sobre Racismo, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância.

Tanto quanto promover a ação afirmativa no Brasil, a Ford financiou pelo menos três projetos que examinavam formas de reduzir a desigualdade racial no Brasil. Muitas vezes referidas como sendo “ação afirmativa”, estas pesquisas visavam examinar o potencial de políticas públicas que reduzissem a desigualdade racial. Elas incluíam uma pesquisa empírica que analisou modelos internacionais de algumas experiências informais no Brasil, assim como a promoção de debates e a construção de um trabalho conceitual que formulasse idéias para a elaboração de políticas públicas adequadas. O interesse da Ford era encontrar formas de reduzir a desigualdade racial e combater a cultura do racismo por meio de políticas públicas apropriadas, e não impor uma ação afirmativa ao estilo americano. Na verdade, o maior apoio, dado à UFRJ, “os permitiria examinar tanto as políticas públicas quanto as atividades da sociedade civil que buscassem combater a desigualdade racial” e “estabelecer um amplo programa de discussão e definição da política pública adequada”.¹⁰ Os pesquisadores agraciados com o apoio incluíam um largo espectro de perspectivas, incluindo os que rejeitam políticas públicas específicas.¹¹ Outros propunham a aceitação de alguns aspectos da ação afirmativa americana (Guimarães, 1999), enquanto outros ainda preferiam buscar modelos dentro da América Latina (Sansone, 1998).

Imperialistas Afro-Americanos?

Finalmente, para concluírem, Bourdieu e Wacquant fazem um comentário particularmente curioso: “que podemos pensar destes pesquisadores americanos que vêm para o Brasil estimular os líderes do Movimento Negro a adotarem as táticas do movimento de direitos civis afro-americano e para denunciar a categoria

pardo (uma categoria intermediária) visando mobilizar todos os brasileiros de ascendência africana na base de uma oposição dicotômica entre afro-brasileiros e brancos?” Como principal defesa das organizações do Movimento Negro, isto parece surpreendentemente ingênuo. Quem são estes *experts*? Se eles estão falando de Michael Hanchard, então com certeza entenderam mal este autor, como John French nos mostra de forma convincente.

No entanto, parece que Bourdieu e Wacquant não estão apontando para ninguém especificamente, mas sim para uma crença geral de que alguns afro-norte-americanos estão ansiosos para exportar suas fórmulas e lições sobre direitos civis e, portanto, estão a serviço do pensamento imperialista norte-americano. Isto implicaria muita frieza ou inocência. Mesmo que tais pessoas existissem, Bourdieu e Wacquant sugerem que suas intervenções fariam diferença e, portanto, a mentalidade imperialista norte-americana triunfaria novamente. Durante minha gestão na Ford, devo admitir que uma vez testemunhei algo próximo ao que Bourdieu e Wacquant descrevem. Neste caso, um jovem estudante afro-americano veio a mim externando suas preocupações em relação às estratégias do Movimento Negro no Brasil; ele queria encontrar alguns dos líderes do movimento para ensiná-los estratégias que haviam funcionado em seu (limitado) contexto de meio-oeste americano. Ele conseguiu falar com o diretor de uma ONG do Movimento Negro brasileiro, que nós apoiávamos, e que educadamente o fez ver a inadequação de tais estratégias em um contexto tão distinto como o do Brasil. Estou certo de que este intercâmbio não teve absolutamente nenhum impacto naquela organização do Movimento Negro. Quando nada, isto os fez ainda mais céticos a respeito da intromissão norte-americana, mas felizmente estas experiências relativamente raras são descartadas em prol daquelas inúmeras outras de pessoas que buscam aprender com as experiências locais.

Tal como os acadêmicos, estes líderes surpreenderiam os autores por sua independência e inteligência. Claro que eles acompanharam com grande interesse as estratégias de libertação negra nos Estados Unidos, mas tomaram exemplos de lá e de outros movimentos sociais em termos de idéias, não de fórmulas, para aproveitarem em seu próprio trabalho. Seu conhecimento coletivo se estende até às lutas de libertação na África e no Caribe, e às lutas pelos direitos humanos no mundo inteiro, mas estão especialmente bem informados sobre outros movimentos sociais no Brasil, que são vistos como modelos especialmente adequados para que de-

envolvam suas próprias estratégias. Eles são um grupo heterogêneo, educado em contextos tão diferentes quanto o movimento de crianças de rua, a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, a ala progressista das igrejas católica e protestante, o Partido dos Trabalhadores ou mesmo partidos conservadores, como o Partido da Frente Liberal – PFL. Além disso, eles tendem a possuir uma forte identidade nacional e evitam intromissões externas, incluindo aquelas feitas por americanos negros que não entendem suas lutas.

O pensamento independente dos líderes do movimento negro no contexto de uma importante comunidade ligada aos direitos civis é exemplificado por um recente intercâmbio que presenciei. Na Conferência preparatória para a Conferência Mundial, em Santiago, promovida em parte pelas fundações norte-americanas, três líderes negros – do Brasil, de Honduras e do Uruguai – censuraram o líder da maior organização de direitos civis americana. Os brasileiros lembraram aos americanos que vários anos atrás esta organização havia concordado em repreender uma companhia da indústria fonográfica americana por ter gravado uma música com intérprete brasileiro que era muito ofensiva às mulheres negras. No entanto, nada havia ainda sido feito. Os hondurenhos e os uruguaiois os apoiaram, observando que embora o movimento americano dos direitos civis e as ações dos negros nos Estados Unidos tenham sido sempre um modelo importante para eles, eles estavam incomodados com a retórica da irmandade e com o implícito imperialismo dos negros norte-americanos contra seus companheiros do resto do Continente. Os latino-americanos acusaram aquela e outras organizações de direitos civis de nem mesmo reconhecerem os fatos, que dirá trabalharem a seu favor. Eles denunciaram seu silêncio e até mesmo o fato de apoiarem intervenções norte-americanas na região que desproporcionalmente atingem as populações negras. Isto incluía o pouco socorro dado às áreas duramente afetadas pelo furacão Mitch, o financiamento pelo governo americano à guerra contra as drogas na Colômbia e os desastres ecológicos efetuados pelas companhias americanas no Equador e no Caribe. Em vez de reforçarem a posição dominante dos Estados Unidos, a Ford e outras fundações pretendem fortalecer a aliança entre as organizações negras latino-americanas para que estas representem melhor os interesses e promovam um efetivo intercâmbio com seus pares norte-americanos sobre as necessidades específicas dos povos de origem negra na região. Dada a importância dos Estados Unidos na região, os líderes do movimento negro latino-americano estão ansiosos para participar da agenda de poder-

Edward Telles

sas organizações de lutas pelos direitos civis, que eles percebem como aliados naturais, mas insistem que isto seja feito em seus próprios termos.

Comentários Finais

Os Estados Unidos são interessantes para se entender a raça no Brasil, quanto mais não seja, pelas possibilidades de comparação que se abrem. Eles têm sido um referencial constante tanto para pesquisadores brasileiros como americanos, por conta de algumas similaridades óbvias, tal como a escravização dos africanos pelos europeus colonizadores, mas também por causa dos resultados distintos. Felizmente, a extensão e o caráter das semelhanças e das diferenças são informados por uma variedade de perspectivas que continuam a ser debatidas e que interativamente enriquecem nossa compreensão sobre a questão da raça no Brasil. Isto está ocorrendo cada vez mais, para além de línguas e fronteira nacionais. Embora o debate acadêmico gradualmente esteja se inserindo dentro do pensamento do Movimento Negro, o próprio Movimento tem pouca paciência para o debate. A Fundação Ford financia o Movimento Negro no Brasil para ajudá-lo a responder a questões prementes relativas aos direitos humanos, incluindo o racismo, a discriminação racial e a desigualdade. Embora o Movimento Negro lute por legitimidade, tal como outros movimentos sociais o fazem, ele também enfrenta um grande obstáculo, porque ameaça diretamente os alicerces da nação brasileira.

Creio que o artigo de Bourdieu e Wacquant foi especialmente infeliz, dada a importância do primeiro dentro da academia brasileira. Apesar de sua falta de experiência, ou mesmo de uma compreensão mínima do Brasil, o simples fato de ser Bourdieu e de contar com uma credibilidade instantânea e de um consumo imediato de suas idéias por ávidos e jovens cientistas sociais poderia ser considerado imperialismo acadêmico, se eu também pudesse me permitir uma livre interpretação do termo. Falo isso por causa de uma experiência relatada a mim por uma acadêmica e ativista negra, que dava um curso em uma importante universidade brasileira. Apesar de estar dando vários exemplos à sua turma, composta somente por brancos, para convencê-la da existência da discriminação racial no Brasil, o artigo de Bourdieu e Wacquant fez tudo vir por água abaixo. Depois de semanas de estudo intenso sobre as relações raciais no Brasil, baseada em suas experiências pessoais e

no mundo acadêmico, um colega conservador levou o texto a seus estudantes, e observou que ele havia sido escrito por Pierre Bourdieu, o grande cientista social de fama internacional. Concordo que certas idéias são especialmente sedutoras e funcionam como ameaças insidiosas às ciências sociais, mas eu incluiria neste rol também aquelas idéias propagadas por vários teóricos franceses proeminentes.

Notas

1. Nome com que os ciganos preferem ser chamados.
2. Aproximadamente 20% de brancos são casados com não-brancos no Brasil, enquanto o mesmo ocorre com menos de 1% nos Estados Unidos. No entanto, esta diferença é em grande parte, embora não inteiramente, explicada por diferenças no tamanho da população não-branca. Ver Telles (1993).
3. Por exemplo, desde 1960 homens negros e pardos ganham entre 40 e 60% do que ganham os homens brancos. As mulheres negras e pardas ganham cerca de 10% do que recebem homens brancos em 1960, com aumentos desde então, até alcançarem 30% em 1996, e comparadas às mulheres brancas, os índices são de 15 para 40% (Telles, 2000). Índices comparáveis nos Estados Unidos apontam 60 para 75% para homens negros e 40 para 55% para mulheres negras de 1962 a 1982 (Farley, 1984).
4. Busco explicar estes aparentes paradoxos no meu próximo livro.
5. Esta é a crença legal dominante, baseada no padrão da justiça brasileira de universalidade (isonomia). No entanto, as cotas exigidas para as mulheres nos partidos políticos e sindicatos e as proteções especiais dadas aos deficientes físicos são recentes ações particularistas que desafiam o pensamento legal dominante. Um livro recente do estudioso do Direito, Joaquim Barbosa Gomes (2001), argumenta pela existência de base constitucional para políticas especificamente raciais para promover a população negra.
6. Correspondência com Bradford Smith, antigo responsável pelo programa da Fundação Interamericana.
7. A questão era “Dada a discriminação passada e presente contra os negros, há pessoas que defendem a idéia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservar uma parte das vagas nas universidades e no mercado de trabalho para a população negra. Você concorda ou discorda desta reserva de vagas nas universidades e no trabalho para os negros? Completamente ou em parte?”
8. O questionário nacional de 1995 não revelou diferenças regionais significativas sobre questões similares do parágrafo anterior. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Ford a partir de uma dotação ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) e foi conduzida pelo Centro de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (DataUFF).
9. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Ford a partir de uma dotação ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) e foi conduzida pelo Centro de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (DataUFF).

Edward Telles

10. Memorando da dotação da Fundação Ford, 5 de fevereiro de 1998.

11. Ou seja, Fry (2000).

Referências Bibliográficas

- BOBO, Lawrence (1989). "Keeping the Lynchpin in Place: Testing the Multiple Sources of Opposition to Residential Integration". *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, nº 2, pp. 306-23.
- FARLEY, Reynolds (1984). *Blacks and Whites: Narrowing the Gap?* Cambridge, MA, Harvard University Press.
- FERNANDES, Florestan (1969). *The Negro in Brazilian Society*. New York, Columbia University Press.
- (1965). "A Integração do Negro na Sociedade de Classes". São Paulo, Dominus Editora.
- FOLHA DE S. PAULO (s/d). "Racismo Cordial". São Paulo, Editora Ática.
- FORD FOUNDATION Grant Memorandum, February 5, 1998.
- FRY, Peter (2000). "Politics, Nationality, and the Meaning of 'Race' in Brazil". *Daedalus*, vol. 129, nº 2, Spring, pp. 83-117.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa (2001). *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro, Renovar.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- MARTINS, Sergio (1996). "Ação Afirmativa e Desigualdade Racial no Brasil". *Estudos Feministas*, vol. 4, nº 1, pp. 202-208.
- MASSEY, Douglas S. & DENTON, Nancy A. (1993). *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1996). "Pronunciamento do Presidente da República na Abertura do Seminário Multiculturalismo e Racismo". *Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos*. Mimeo.
- NASCIMENTO, Abdias do (1982). "O Negro Revoltado". Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- OLIVER, Melvin & SHAPIRO, Thomas M. (1997). *Black Wealth/White Wealth: A New Perspective on Racial Inequality*. New York, Routledge.
- SHERIFF, Robin (1997). *Negro is a Nickname that Whites give to Blacks*. Tese de Ph.D, Departamento de Antropologia, City University of New York.
- SANSONE, Livio (1998). "Racismo sem Etnicidade: Políticas Públicas e Desigualdade Racial em Perspectiva Comparada". *Dados*, vol. 41, nº 4, pp. 751-784.
- (1996). "Nem Somente Preto ou Negro. O Sistema de Classificação de Cor que Muda". *Afro-Ásia*, nº 18, pp. 165-188.
- SCHWARTZMAN, Simon (1999). "Cor, Raça e Origem no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*.
- TELLES, Edward E. (2001). Racial Ambiguity among Brazilians. Inédito

As Fundações Norte-Americanas e o Debate Racial no Brasil

- (1999). “Ethnic Boundaries and Political Mobilization among African Brazilians: Comparisons with the U.S. Case”. In M. G. Hanchard (ed.), *Racial Politics in Brazil*. Durham, NC, Duke University Press.
- (1995). “Promoting and Integrating Race/Ethnic Diversity in Brazil”. Consultancy Report to the Ford Foundation.
- (1994). “Race, Class and Space in Brazilian Cities”. *International Journal of Urban and Regional Research*.
- (1993). “Racial Distance and Region in Brazil: The Case of Marriage among Color Groups”. *Latin American Research Review*, vol. 28, pp. 141-162.
- & BAILEY, Stanley (2001). “Políticas Anti-Racistas e Opinião Pública: Comparações com os Estados Unidos”. Artigo a ser publicado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) sob o título *Atitudes Raciais*, Rio de Janeiro.
- & LIM, Nelson (1999). “Interessa Quem Responde a Questão sobre Cor? Classificação Racial e Desigualdade de Renda no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 36, dezembro, pp. 7-27.